

SOUSA, Edson Luiz André. *Furos no futuro: psicanálise e utopia*. Porto Alegre: Artes e ecos, 2022, 170p.

Cleyton Andrade^{1*}

Nathália Bezerra^{1}**

¹Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil

Não é sobre 8 de janeiro de 2023, mas bem que parece ser: “O Brasil vive um agravamento da devastação que marca sua história recente, sobretudo desde o início de 2019. Certa ideia de nação implode em um cenário de violência e de ameaça aos princípios mais elementares da democracia” (SOUSA, 2022, p. 61). É como Edson de Sousa inicia um de seus oito ensaios contidos no livro lançado recentemente pela editora Artes e Ecos, *Furos no Futuro: psicanálise e utopia*.

Em meio a uma economia virulenta de imagens, um “imperativo de gozo instantâneo que sacrifica patrimônios culturais está na ordem do dia. Este cenário vai desde prédios históricos destruídos (...) à desolação do debate político e de ideias arquitetadas por um marketing calculado” (SOUSA, 2022, p. 82), a arte e a cultura sempre estiveram entre os alvos principais dos governos autoritários. Nesse sentido, os ataques de Brasília de 8 de janeiro de 2023 são igualmente emblemáticos, não só pelas obras de arte severamente destruídas, mas também pelo processo sistemático de desmonte e abandono ao longo dos anos em que um governo de extrema direita buscou se fixar em nosso país. O incêndio no Museu Nacional é apenas um destes signos anunciados. A discussão trazida por Edson de Sousa, ainda em 2022, faz eco com debates ocorridos logo após os ataques de 8 de janeiro.

Podemos citar uma ressonância com o que tem sido abordado pela historiadora Lilia Schwarcz (2018) e pelo filósofo e psicanalista Vladimir Safatle (2022). A primeira nos lembra que a Alemanha nazista criou o conceito de *arte degenerada*, sistemática-

* Psicanalista, Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise; coordenador do Laboratório de Psicanálise, Clínica e Estudos Interculturais (ECLIPsi); autor do livro “Lacan chinês: para além das estruturas e dos nós” vencedor do prêmio Jabuti - Psicologia, Psicanálise e Comportamento em 2016. E-mail: cleyton.andrade@ip.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1515-6959>.

** Mestranda em Estudos Literários no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: nathaliabezerra109@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2609-6798>.



mente destruída, em oposição a um conceito estritamente privado de arte, consonante com o ideário supremacista branco. Na depredação do quadro de Di Cavalcanti, exposto no Palácio do Planalto, utilizaram pedras portuguesas que ornamentavam a frente do Palácio. Numa linha bem próxima, Safatle insiste que, por exemplo, a depredação deste quadro tem uma representação cujo fundamento merece ser tocado. Para Safatle (2022), é uma obra representativa do movimento modernista brasileiro. Se a arte é um elemento de construção de um povo, e neste sentido possibilitaria pensar o Brasil como uma construção estética em uma força expressiva que busca construir ou reconstruir o que significaria a modernidade brasileira, o modernismo seria o espaço de construção de um povo por vir. Para Safatle (2022), ali contém um projeto de nação e uma experiência estética portadora de um desejo de construir um povo; o ataque por extremistas seria o gesto brutal que deixa como resto discursivo a afirmação peremptória que este não é seu projeto de nação nem de povo. A recusa de uma estética conciliatória de Di Cavalcanti que aponta para o futuro, mesmo que com furos, pela adoção do modelo estético do modernismo fascista, herdeiro do movimento integralista brasileiro.

Acrescentamos ainda que o quadro em questão é de 1962, anterior ao golpe civil-militar, e se chama *As mulatas*. Muito já se falou deste quadro como uma expressão da sensualidade dos gestos e dos corpos como causas de desejo. Entre peles negras e máscaras brancas, racismo estrutural, é retomado um projeto de nação que admite furos no futuro, em fratura com o slogan da ditadura “Brasil, o país do futuro”. Na posse, ocorrida em primeiro de janeiro de 2023, a faixa presidencial, após passar por representantes da diversidade brasileira, chegou à Aline Sousa, mulher negra catadora de material reciclável, que então passou-a para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma semana depois, os prédios são invadidos e vandalizados. Uma semana depois da faixa presidencial ser entregue por uma mulher negra, *As mulatas* é depredado. Aline retorna ao Planalto para ajudar a recolher o lixo que restou dos ataques.

Furos no futuro: psicanálise e utopia é composto por oito ensaios que abordam diversos pontos nos campos da psicanálise, literatura, arte, história, política, dentre outros, e pelo prefácio de Donaldo Schüler. Os ensaios encenam a marca de uma potência produtiva enlaçada com circuitos de conversas prévias à publicação, que o autor faz questão de reportar como um elemento estrutural do trabalho, praticamente como parte de sua metodologia. A relação entre utopia e psicanálise não é mera contingência de trabalho. É uma relação e articulação orgânica ao longo dos ensaios. Se as longas conversas prévias podem ser parte essencial da metodologia, esta perspectiva associativa entre psicanálise e utopia é mais que o objeto ou o tema: pode ser lida também como método de pesquisa.

Chegamos ao livro de Edson de Sousa para uma conversa em que o horizonte e ponto de partida era a interseção entre psicanálise e literatura. Desde o posfácio *Faróis e enigmas – arte e psicanálise à luz de Sigmund Freud*, ao volume *Arte, literatura e os ar-*

tistas, das *Obras incompletas de Sigmund Freud*, nos despertou o particular interesse pelas finas observações do autor. Foi deste lugar que nos aproximamos desse livro. A utopia vinha no combo. Nunca havíamos nos interessado realmente pelo tema. Contudo, após a leitura, restava o questionamento: como consegui chegar até aqui sem colocar este tema entre os essenciais nos processos de reflexão crítica? Relembramos a sensação de ouvir pela primeira vez o grupo mineiro Uakti e da flauta transversal de Artur Andrés ao som das Bachianas Brasileiras número cinco ter sido acompanhada da imediata decisão de aprender aquele instrumento. Do mesmo modo, nos atravessou o desejo de saber mais sobre utopia.

Logo no primeiro ensaio, Edson nos coloca a carapuça. Sem autorização prévia, mas com toda a delicadeza de quem nos conduz por um cômodo escuro cercado de cristais, vai facilitando o caminho, as passagens, e as mudanças bruscas de direção, por mais vertiginosas que sejam. Até que, aos poucos, vamos nos dando conta que o lugar não se tornou mais claro, Edson não havia acendido nenhuma lamparina. Apenas nos conduzia a um despertar. Não é de ilustração ou iluminismos, mas de corte ou *saculejo*, como dizem os mineiros.

O constrangimento pela ignorância prévia, fazia, por vezes, olhar despistadamente ao redor, para verificar se haveria testemunhas da face ruborizada diante da ingenuidade a respeito de uma concepção comum do que é uma utopia. Tal embaraço, no entanto, da inibição foi se reinscrevendo sob a forma de um desejo de saber. É parte estrutural da transmissão deste livro os rumos que uma falta pode tomar e os desdobramentos estéticos possíveis de um encontro com a ruptura.

A utopia não é prescritiva de um futuro, ela se aloja na despalmada angústia, que sem caminho normativo possível, é obrigada a forçar caminho pela invenção. Não há presente que não traga as marcas do passado, mas o desejo tem a alucinação no seu DNA. Desde Freud esse parentesco insolúvel do desejo com as virtudes e vícios alucinatórios, perturbam nosso conceito de realidade, invadindo um futuro em perspectiva cravado, desde já, no lugar de onde estamos. Ao evidenciar a relação entre alucinação e desejo, Edson de Sousa nos coloca numa concepção de utopia indissociável do campo da ética.

A própria psicanálise é inserida na corrente utópica. O dispositivo analítico, gradativamente, vai se tornando um instrumento de convergência tanto da teoria quanto da clínica psicanalítica numa perspectiva utópica geradora de espaços para o sonho, para novas ficções e principalmente para novas formas de vida além da própria passagem da vivência para a experiência. O que é estranho, desconhecido, embora perturbadoramente familiar e íntimo não aparecem como adereços, ornamentos, é, na verdade, parte essencial da racionalidade que o texto pressupõe ao nos incitar repetidos golpes ao narcisismo. Figura, aliás, fundamental não só para a forma econômica do neoliberalismo, quanto de sua forma enquanto razão contemporânea. De certo modo, trata-se de ler o caminho percorrido como se uma posição materialista fizesse

as bodas entre clínica e utopia, e conseqüentemente, com a política. Utopia não como via de recuperação de um imaginário narcísico. Ao contrário, como um golpe utópico que despossui o senhor de sua própria casa.

Nessa direção, essa corrente utópica não é construída somente através da letra da filosofia ou circunscrita a um estudo epistemológico. O texto dá a ela uma propriedade entrelaçada com a experiência analítica. Utopia como experiência narrativa em correspondência íntima com a experiência analítica. Dessa amarração como um dos principais pilares de uma convergência entre utopia e o dispositivo analítico surgem argumentos fundamentais que perpassarão todo o livro: todo ato de criação tem uma dimensão utópica; a vizinhança entre invenção, corte e angústia; a utopia para além do regime da representação; a distinção entre fronteira e litoral. O marco do uso do termo utopia acontece por meio da literatura, na obra de Thomas Morus, e aproxima-se muito mais de um campo criativo por meio do qual se pode construir novas fronteiras de vida, incidir novas fraturas, convidar ao desencontro. Ao por literatura e utopia em diálogo, a escrita torna-se a materialização da experiência de perda e nos coloca diante da tentativa de, por meio da palavra, perfurar imagens e discursos. Nesse sentido, a utopia como um não-lugar encontra, na literatura, a possibilidade de “abrir uma ferida crítica nas paisagens de nosso tempo” (SOUSA, 2022, p. 28).

Vale dizer que o trânsito entre a experiência clínica e a crítica social mantém o ritmo de despossessão do leitor. A utopia nos é apresentada em descontinuidade com a imagem restituidora de um projeto integrativo da razão e do eu. Não fala do sonho desta racionalidade, mas da ferida difícil de cicatrizar. Daí uma das funções da utopia: a de promover um descentramento através de furos metodológica e esteticamente cravados. O senso comum toma a utopia como um vetor na direção da realidade, do presente para o futuro, como uma ilusão ou fantasia, delírio, projetos desprovidos de conteúdo, numa gramática cujo horizonte é tornar-se realidade. O livro nos mostra um caminho inverso. Trata-se de um vetor do futuro ao passado. Não sendo prescritiva, a utopia não é o anúncio de formas ideais, não é assunção de uma imagem totalizante. É o furo da imagem. As imagens utópicas estão, na verdade, no fora da imagem. O impronunciável não-lugar, ao ser evocado na tentativa de nomear, como diz o autor. Portanto, sua função é lógica, ao mostrar os abusos de toda imagem que tenta apontar e apreender o objeto em sua aparente transparência (SOUSA, 2022).

A partir do crítico literário Fredric Jameson, Sousa nos lembra que o texto utópico nos abre uma brecha, e “a utopia vale por aquilo que revela sobre o nosso em falta com a história” (SOUSA, 2022, p. 29). O texto utópico não opera como acréscimo de significação e sentido, não coloca a imaginação a serviço do imaginário. Sua operação é de subtração e extração, abrindo fendas nas imagens totalizantes. Não é refratária à castração. Está mais para seu arauto. O trauma não é um acidente de uma disfuncionalidade, passível de prevenção ou sutura sem restos. Ele é constitutivo da própria linguagem e da trama discursiva. Em função disso, para Edson de Sousa, toda narração deve ser escrita e, como tal, inscrita num campo que permita cumprir

sua função de transmissão dos limites da representação, e não de seu apagamento (SOUSA, 2022). Ou seja, articula os conceitos de litoral, em Lacan, e de transmissão.

A literatura de testemunho não informa sobre os conteúdos de uma vivência, não é a transcrição histórica de fatos narrados cernidos no regime representacional. Talvez o jornalismo investigativo e as pesquisas historiográficas atendam melhor a essa função. A literatura testemunhal, ao contrário, visa os limites da representação buscando tocar e transmitir o trauma enquanto aquilo que estilhaçou a possibilidade de um regime semântico. Intenta transmitir justamente aquilo que a linguagem não foi capaz de informar e de delimitar precisamente em conceitos e categorias. É nessa condição que a transmissão, tanto de modo geral como na estrutura do próprio livro em questão, não se reduz a um didatismo pedagógico, uma vez que não informa dentro de uma trama conceitual. Ela aponta para aquilo que do conceito, ficou de fora como impossível irreduzível, embora transmissível de modo literal.

Referências

- SAFATLE, Vladimir. **Em um com o impulso**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, 240p.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Arte degenerada no Brasil ou como sair da arquibancada moralista**. In: Luisa Duarte (org.). *Arte, Censura, Liberdade: Reflexões à luz do presente*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2018, p. 101–108.
- SOUSA, Edson Luiz André. **Furos no futuro: psicanálise e utopia**. Porto Alegre: Artes e ecos, 2022, 170p.

Recebido em: 24/02/2023

Aceito em: 28/06/2023